

Sob o jugo Washington? Um olhar sobre o projeto de reorientação da política externa brasileira durante o Segundo Governo Vargas

Under Washington's policies? A glance at the project of reframing Brazilian foreign policy during the Second Vargas' Administration

Natália Abreu Damasceno¹

Resumo: Este trabalho analisa o debate político conduzido pelo jornal *Última Hora* a respeito da superação dos desafios da modernização do Brasil, sob a perspectiva da inserção do país no cenário mundial que se esboçava no período inicial da Guerra Fria. Pauta fundamental do projeto político do Segundo Governo Vargas, a alteração do perfil de dependência em relação aos EUA e a multiplicação de parceiros comerciais, em especial no Cone Sul, foram alvo de construções discursivas empenhadas em conferir-lhes legitimidade entre a opinião pública brasileira para fazer frente às pressões das elites liberais-conservadoras. A partir da análise sistemática das edições do *UH* veiculadas entre 1951 e 1954, esta investigação acompanha os princípios da Nova História Política no sentido de buscar uma leitura plural da realidade que extrapole a clausura dos âmbitos institucionais. Portanto, ao examinar narrativas comprometidas com a legitimidade da redução do caráter assimétrico das relações Brasil-EUA, como por exemplo, a discussão sobre as relações com a Argentina e os relatos da atuação do Brasil na Conferência de Caracas, evidenciamos os interesses e os argumentos que sustentaram o embate entre o projeto varguista de construção da autonomia diplomática brasileira e o projeto liberal-conservador alinhado à hegemonia estadunidense.

Palavras-Chave: Última Hora, Política Externa, Relações Brasil-EUA

Abstract: This article analyses the political debate, conveyed by the *Última Hora* newspaper, on the overcoming of the challenges of Brazilian modernization concerning the country's role on early Cold War's world setting. As essential issues of Vargas' Second Administration agenda, the curtailment of Brazilian economic and diplomatic dependency on the US, and the diversification of trading partners, especially in the Southern Cone, were subjects of discursive constructions engaged to give legitimacy to these matters among the public opinion and against liberal-conservative pressures. Through a systematic analysis of *UH*'s editions issued between 1951 and 1954, this survey follows the principles of the New Political History as it reaches for a plural understanding of reality that exceeds the institutional range. Hence, by examining narratives committed to legitimating measures for the decrease of the asymmetry on Brazil-US relations, as for example, the discussion of the Brazilian approach towards Argentina and the reports on Brazil's role in Caracas Conference, it is possible to perceive the interests that motivated the wrangling between Vargas' project of increasing Brazil's diplomatic autonomy and the liberal-conservative political project aligned with U.S. hegemony.

Keywords: *Última Hora*, Foreign Policy, Brazil-US relations.

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) Membro do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo/UEM).

A disputa entre projetos de modernização ocupou lugar privilegiado no debate político brasileiro entre os anos de 1951 e 1954. O embate entre forças políticas antagônicas em torno dos caminhos para o desenvolvimento do país mobilizou não apenas paixões e utopias, mas também questionamentos sobre as demandas domésticas e o lugar do Brasil na ordem mundial que se desenhava. Com o intuito de discutir aspectos do projeto varguista de construção da autonomia diplomática brasileira no cenário internacional, em especial nas suas relações com os Estados Unidos e com a América Latina, realizamos uma incursão nas narrativas difundidas pelas edições diárias de um importante veículo de comunicação da grande imprensa brasileira dos anos de 1950, o vespertino *Última Hora*. Criado pelo jornalista Samuel Wainer em junho de 1951 e comprometido desde o seu surgimento com a defesa e a (re) produção da legitimidade do projeto político varguista entre a opinião pública, o *UH* nos serviu de base empírica² para investigar, a partir das imagens mentais e do conjunto de sentidos e significados compartilhados e divulgados por esse veículo midiático, a natureza dos argumentos e das construções discursivas atreladas à proposta do Segundo Governo Vargas de alteração do perfil de dependência em relação aos EUA por meio da busca de espaços de multilateralidade e multiplicação de parceiros comerciais.

A necessidade de pensar os jornais como testemunhas, atores sociais e mesmo porta-vozes de forças políticas torna-se evidente se considerarmos que a mídia “tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento” (ABREU, 1996, p. 08). Essa ideia se sustenta à medida que compreendemos o papel dos periódicos como agentes fundamentais do sistema político democrático, cuja função está relacionada ao fato de que “A publicização dá forma à própria produção do acontecimento. Para que haja acontecimento é preciso que ele seja conhecido, e os jornalistas são os primeiros a apresentá-lo” (ABREU, 1996, p. 09). Desse modo, os jornais constituem fontes privilegiadas para o historiador que deseja entender em que termos se deu o debate sobre questões políticas centrais de uma época e quais interesses estavam em jogo naquele contexto histórico. É o nosso caso.

Recorramos a um exemplo didático do papel dos jornais na construção de imagens mentais – sejam elas acatadas em maior ou menor intensidade pelos leitores - que direcionam o debate político. Comprometido com os ideais getulistas de busca pela “autonomia frente a

² Na dissertação a partir da qual se origina este artigo, há um capítulo dedicado à discussão e problematização das relações de poder no qual esteve imbricado o jornal *Última Hora*. A nossa investigação indicou um forte nexo de cumplicidade entre o Governo Vargas e o periódico, o que nos permitiu considerar o *UH* como legítimo porta-voz do getulismo.

Washington e novos espaços de inserção internacional, fora do hemisfério” (VISENTINI, 2010, p. 212), o *Última Hora* empenhava-se em difundir uma imagem complacente da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), considerada um núcleo intelectual de resistência latino-americana à hegemonia estadunidense. Nas páginas do periódico, a CEPAL era frequentemente mencionada pelos seus êxitos e, na maioria das notícias a seu respeito, era enfatizada a posição de destaque do Brasil na liderança dos países latino-americanos. Em junho de 1951, foi publicada uma nota cuja manchete “O Brasil Sustenta a CEPAL” era seguida do *lead*³ “Vitória [sic] do Itamarati contra o Departamento de Estado” (O BRASIL, 23 jun.1951, p. 02). Já nessas duas frases de destaque que precedem a notícia é possível perceber alguns elementos que orientam o olhar do leitor. A manchete claramente privilegiava a posição do Brasil como país forte e protetor dessa comissão composta por países da América Latina, os quais, ao longo da notícia não foram mencionados, com exceção do Chile e de Cuba. Além disso, a palavra “vitória” que aparece no *lead* situava o Itamarati e o Departamento de Estado em lados antagônicos, evidenciando mais uma rivalidade entre as chancelarias que uma discordância comum em negociações internacionais.

Uma análise mais cuidadosa evidencia que o texto dessa nota se mostra ainda mais preñado de significados. Na matéria, é noticiado que em uma reunião de Chanceleres no México, a firmeza do Itamarati salvou a CEPAL da tentativa estadunidense de dissolvê-la fundindo-a com o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). A notícia ressaltava que “ao contrário da CEPAL, cuja orientação favorece o desenvolvimento dos recursos latino-americanos, por meio da industrialização, o CIES é um órgão extremamente dócil aos interesses norte-americanos” (O BRASIL, 23 jun.1951, p. 02). Nessa afirmativa, observamos que o *desenvolvimento dos recursos latino-americanos* se encontrava em posição antinômica em relação aos *interesses norte-americanos*, o que demarca as poucas perspectivas de conciliação entre as necessidades da América Latina e da grande potência americana vislumbradas naquele momento pelo jornal.

Mais adiante, o leitor era informado que a orientação categórica de resistir às pressões dos Estados Unidos foi dada por Vargas a João Neves da Fontoura⁴, à época chanceler do Brasil. A

³ O termo refere-se à parte da notícia que oferece informações básicas sobre o conteúdo do texto jornalístico subsequente a fim de prender o interesse do leitor. As informações presentes no *lead* de uma notícia geralmente respondem ao “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “como” e “porquê” de um acontecimento.

⁴ João Neves da Fontoura foi um político gaúcho liberal-conservador que compôs o Segundo Governo Vargas. Apesar de ter apoiado Getúlio no Golpe de 1930, liderou o bloco de oposição ao então presidente nesta mesma

associação de posturas de maior autonomia em relação aos EUA com a figura do presidente era um recurso amplamente utilizado pelo jornal. Num contexto em que expectativas de desenvolvimento e de participação mais ativa no processo de rearranjo das forças internacionais estavam em jogo, o *Última Hora* se empenhava em transformar Getúlio Vargas no protagonista dessas conquistas, numa espécie de herói nacional (GIRARDET, 1987). Tal postura de resistência às pressões dos EUA assumida pelo Itamarati – e chefiada por Vargas – era tida, então, como grande mérito brasileiro, o que colaboraria para situar o país na condição de potência regional capaz de defender seus interesses frente a Washington.

Como é possível perceber, uma matéria de jornal divulga os acontecimentos a partir de uma racionalidade própria por meio da qual organiza e confere sentido ao mundo político do passado ou do presente. Por trás do discurso pretensamente objetivo do jornalismo residem estereótipos, mitos políticos e compromissos com este ou aquele projeto de sociedade (LIPPMANN, 1997). Portanto, é no sentido de abarcar esse universo de significados que Girardet (1987) propõe um alargamento do domínio do estudo das ideias políticas para o imaginário. Ainda que essa seja uma tarefa desafiadora para os historiadores, uma vez que os mitos políticos não possuem conexões precisas com a realidade, “cabe-lhes colocá-los [os mitos] em relação com tal ou qual fenômeno, de ruptura ou de mutação, tal crise ou tal situação de ordem política, econômica ou social. Cabe-lhes igualmente pesquisar quais grupos ou quais meios foram seus focos privilegiados” (GIRARDET, 1987, p. 21). Eis o caminho que trilhamos nesta análise.

A busca brasileira por maior autonomia no cenário internacional e pela consolidação da economia doméstica exerceu impacto especialmente dramático na política externa estadunidense devido ao clima de hostilidade e inquietação próprio do pós Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, governos que adotassem medidas nacionalistas que acabavam por diminuir o poder de intervenção dos EUA eram prontamente considerados inimigos da democracia, da liberdade e do capitalismo (MUNHOZ, 2010). Assim, nesse período de gênese da Guerra Fria, os Estados Unidos pressionavam países latino-americanos por meio da promessa de auxílio econômico e militar e da supervalorização de uma suposta ameaça comunista na América Latina, a fim de

década. Durante o Estado Novo, foi consultor do Banco do Brasil e, na década de 1940, desempenhou funções diplomáticas junto a organismos latino-americanos e dirigiu a embaixada brasileira em Portugal. Foi apoiador de Eurico Gaspar Dutra, tendo ocupado o cargo de Ministro das Relações Exteriores em seu mandato presidencial. Durante o Segundo Governo Vargas, manteve-se no mesmo cargo, no qual buscou promover o alinhamento irrestrito aos Estados Unidos.

estabelecer sua hegemonia sobre o restante do continente e afastar governantes cujas inclinações não eram compatíveis com os interesses estadunidenses (LIVINGSTONE, 2009).

Ao analisar a influência dos EUA na promoção das democracias latino-americanas, Leslie Bethell (1991) observa que o pós-Segunda Guerra na América Latina foi um período de ajustes políticos e ideológicos à nova ordem mundial que se esboçava. O fim do conflito internacional e a vitória dos Aliados foram acontecimentos centrais no cenário internacional que influenciaram mudanças na política interna e externa da América Latina. O estreitamento das relações com os Estados Unidos durante o conflito e a parceria de Washington com as elites sul-americanas possibilitou a penetração dos produtos estadunidenses, do *American way of life*, a modernização das forças armadas e a concessão de cerca de 450 milhões de dólares em ajuda militar para o subcontinente (LIVINGSTONE, 2009).

O mandato do General Dutra (1946-1950) foi a expressão brasileira desse fortalecimento das elites conservadoras e do alinhamento incondicional aos Estados Unidos, que levou à redução da capacidade do Brasil de barganhar ajuda econômica e status político no cenário mundial que emergia (MUNHOZ, 2010). Nos anos da política subserviente de Raul Fernandes, chanceler do presidente Dutra, prevaleceram esforços para a criação de um ambiente propício à atração do capital privado estadunidense por meio da eliminação de restrições e controles cambiais, da diminuição dos preços dos produtos primários brasileiros e da redução do controle dos recursos estratégicos (VISENTINI, 2010).

Vale ressaltar que data desse mesmo período a assinatura do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR), que ao restringir a interferência de nações não americanas e a atuação de organizações internacionais como a ONU na América, submeteu oficialmente os países latino-americanos a uma posição de dependência em relação à tutela dos Estados Unidos. No ano seguinte, em 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA) na Conferência de Bogotá. Além de promover a intensificação da colaboração e solidariedade mútuas sob a bandeira do anticomunismo, a OEA reafirmava o papel hegemônico estadunidense acentuando as pautas que diziam respeito à segurança do hemisfério à medida que relegava a segundo plano os interesses econômicos dos países latino-americanos (GILDERHUS, 2000).

Mark T. Gilderhus (2000) aponta que enquanto, por um lado, a Europa se beneficiava de amplos investimentos e de injeções maciças de dinheiro pelo Plano Marshall, ao passo que o Sudeste Asiático tornava-se o foco das atenções econômicas, políticas e militares dos Estados

Unidos, por outro, Washington percebia os governos latino-americanos como importantes aliados políticos e militares, mas economicamente periféricos em importância. Por isso, a ausência de programas efetivos de modernização econômica e de desenvolvimento direcionados para as nações da região. (GILDERHUS, 2000). Além disso, a frustração generalizada que se instaurou entre os países da América Latina em relação à recompensa estadunidense ao esforço de guerra em cooperação com os Aliados contribuiu sensivelmente para o acirramento das tensões nas relações Brasil-EUA e para a subsequente busca brasileira por autonomia. A ausência de um programa equivalente ao Plano Marshall para a América Latina e a relutância dos Estados Unidos em ceder aos insistentes pleitos latino-americanos por assistência econômica por meio de fundos públicos foi entendido como um sinal da indiferença estadunidense em relação à região. (BETHELL, 1991)

Nesse sentido, ainda que os anos do imediato pós- guerra tivessem sido um momento de consolidação do sistema interamericano, os acordos e negociações firmados com a potência estadunidense eram predominantemente bilaterais de modo a condicionar a atuação do Brasil no cenário internacional aos interesses da potência hemisférica (MUNHOZ, 2002). Desse modo, mesmo que na condição de país mediador do pan-americanismo e auxiliar na conciliação entre os interesses latino-americanos e estadunidenses (CERVO, 2001), o Brasil assumia àquela época uma postura de afastamento e, por vezes, até de competição em relação ao restante da América Latina a fim de monopolizar ou garantir privilégios nas suas relações com os Estados Unidos. Com as eleições de 1950 e o retorno de Getúlio Vargas à presidência do país, este paradigma sofreria transformações.

A respeito disto, Monica Hirst (1990) considera que a proposta varguista de projetar-se com maior autonomia nos espaços alternativos do cenário internacional por meio da diversificação de parceiros comerciais e da valorização das organizações multilaterais como a ONU efetivamente “esbarrava quase sempre nos fortes condicionamentos impostos pela guerra fria.” (HIRST, 1990, p. 21-22). No entanto, Visentini (2010), sustenta que o empenho da política externa de Vargas em alterar o perfil de alinhamento era, de fato, concreto. Para ele, o projeto político varguista promoveu um ensaio de multilateralização das relações internacionais brasileiras como estratégia de construção de certa autonomia nacional e de maiores margens de manobra frente aos EUA. Nesse sentido, a valorização de organizações multilaterais (ONU, OEA, CEPAL), a aproximação com o Peru, o Equador e a Bolívia, bem como com países do

Cone Sul, especialmente por meio de tratados e da criação de companhias mistas, constituíam, mesmo que em proporções limitadas pelo contexto, um esboço de desobediência ao sistema hegemônico continental com o objetivo de “atrair a atenção dos EUA e negociar seu realinhamento em novas bases que permitissem o desenvolvimento” (VISENTINI, 2010, p. 222).

Os espaços de debate político encontrados nas páginas do jornal *Última Hora* nos indicam que o projeto de construção da autonomia diplomática brasileira no cenário mundial merece análise cuidadosa para que não caiamos no fatalismo do alinhamento à hegemonia estadunidense e para que reconheçamos os limites da conquista da independência político-diplomática brasileira. Com alguma frequência, nos deparamos, por exemplo, durante o exame desses documentos, com notícias sobre reaproximações do Brasil com a Argentina e discussões sobre a necessidade de cooperação com os Estados Unidos. As narrativas que advogavam em favor da autonomia diplomática brasileira e a diversificação de parceiros comerciais e diplomáticos evocavam significados que nos oferecem caminhos para pensar quais elementos estavam em jogo na condução da política externa varguista.

As discussões sobre as relações entre Brasil e Argentina são elucidativas de algumas ambiguidades da política internacional brasileira à época. O distanciamento nas relações entre esses dois países era comumente abordado pelo periódico em tom de denúncia. *Estranha e inexplicavel [sic] a ‘Guerra Fria’ Diplomática [sic] entre o Brasil e a Argentina*, afirmava a manchete de um editorial publicado em 20 de julho de 1951 (WAINER, 20 jul. 1951, p. 01). No texto, Samuel Wainer criticava a precariedade da Comissão Mista Brasil-Argentina e o fato de não haver, há mais de seis meses, um embaixador brasileiro na capital portenha. Ademais, Wainer afirmava que “não existem razões profundas que justifiquem o vácuo estabelecido em torno de nossas relações diplomáticas com o grande país vizinho”, pois, em sua visão, “a Argentina e o Brasil, são países que se completam, em que pesem as diferenças de concepções políticas que porventura separem seus respectivos governos, e por isso encontram sempre um terreno comum de entendimento.” (WAINER, 20 jul. 1951, p. 01). A ênfase no caráter complementar entre os dois países, salientando as vantagens econômicas do intercâmbio de produtos para ambos, é indicativo de um desejo pragmático de multiplicação de parceiros comerciais. Além disso, a primazia dos benefícios econômicos sobre os “desentendimentos políticos”, dadas as diferenças entre Brasil e Argentina nesse setor, configura um posicionamento político que priorizava vantagens econômicas à obediência aos EUA. Vejamos o porquê.

No início da década de 1950, as relações entre a Argentina e os Estados Unidos encontravam-se estremecidas por um histórico de conflitos que remonta ao fim dos anos de 1930, no contexto da Segunda Guerra Mundial. As fortes e sedimentadas relações de Buenos Aires com a Europa, em especial com a Inglaterra, frequentemente afastavam o imaginário político argentino da influência mais direta da hegemonia estadunidense. Segundo afirma Gilderhus (2000), as posturas argentinas de insubordinação ao sistema interamericano de poder orientavam-se, via de regra, pela percepção nacionalista de que o pan-americanismo era um instrumento de dominação estadunidense. Dessa maneira, se durante a guerra a Argentina sustentou até 1944 uma postura de “neutralidade” ao esquivar-se dos compromissos com os EUA e advogar um posicionamento alternativo à bipolaridade entre Eixo e Aliados, no período da Guerra Fria essa conduta evasiva diante do alinhamento ao bloco capitalista chefiado pelos Estados Unidos manifestou-se por meio dos insistentes esforços de estabelecimento de acordos regionais latino-americanos em oposição às aproximações bilaterais com a potência estadunidense e da isenção de compromissos internacionais com organizações como o FMI, GATT, BIRD etc. (BANDEIRA, 1993).

A presidência de Juan Domingo Perón em 1946 e depois em 1952 agravou esse cenário de tensões. Na retórica peronista, o apelo popular e o discurso nacionalista frequentemente vinham acompanhados de ataques ao liberalismo e aos Estados Unidos. Tendo como norte o nacional-desenvolvimentismo, a intenção de Perón era criar espaços autônomos de inserção internacional a partir de uma união aduaneira com países da Bacia do Prata, incluindo o Brasil, Chile, Bolívia e Peru para comandar o mercado mundial de matérias primas. Nessa perspectiva, essa comunidade econômica poderia evoluir politicamente para um terceiro bloco e se tornar o mediador entre EUA e URSS. Nesse sentido:

A expectativa de Perón, portanto, era a de que o Brasil modificasse a orientação de sua política exterior, com o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República, através das eleições, que ainda em 1950 se realizariam. Os dois compartilhavam a mesma doutrina, segundo a qual o combate ao comunismo exigia, antes de tudo, a erradicação de suas causas, a pobreza e a miséria, as extremas desigualdades sociais, geradas pelo capitalismo, em regimes de democracia liberal (BANDEIRA, 1993, p. 71).

Desse modo, diferente do que sugeria Wainer em seu editorial, as concepções políticas dos governos do Brasil e da Argentina tinham seus pontos de convergência, apesar do notável

tom conciliatório com o qual tais concepções eram postas em prática por Vargas. No quesito econômico, as crises cambiais, econômicas e de abastecimento também fizeram com que a Argentina se rendesse às condições da potência estadunidense, ainda que na maioria das vezes a duras penas, para receber ajuda financeira. Logo, diante do desafio de promover o desenvolvimento e a industrialização dos seus respectivos países pleiteando auxílio econômico dos EUA, porém preservando certa margem de autonomia nacional, as semelhanças entre Vargas e Perón naquele período não eram tão discretas assim. No entanto, mesmo que a aproximação com a Argentina pudesse ser uma eficaz estratégia brasileira para aumentar seu poder de pressão e negociação com os Estados Unidos, declarar algum tipo de aliança ou assumir posturas de cumplicidade mais expressa colocaria o Brasil em clara posição de conflito com os EUA, dada a desgastada relação da Argentina com a potência. Por isso, a opção de Wainer por sinalizar a necessidade de reatar relações econômicas com o país vizinho destacando a divergência de concepções políticas constitui uma inteligente manobra a fim de endossar a multiplicação de parceiros comerciais, advogando em favor de uma independência econômica brasileira, e, ao mesmo tempo, com o intuito de isentar-se de um envolvimento político potencialmente comprometedor da credibilidade do Brasil frente aos EUA.

É pertinente considerar que desde fins do Estado Novo a oposição liberal- conservadora articulava um discurso conspiratório que associava o trabalhismo varguista a uma suposta ditadura sindicalista orquestrada por Perón, que, a depender dos interesses em jogo no debate político, era estrategicamente vinculada ao fascismo ou ao comunismo. Destarte, ainda que, em geral, desprovidos de qualquer fundamentação, os rumores a respeito de uma aliança Vargas-Perón para a formação de uma frente antidemocrática e anti-estadunidense eram constantemente postos em pauta como forma de minar a legitimidade do governo Vargas diante da opinião pública (RIBEIRO, 2001). Conforme pudemos observar, esse tipo de discurso ecoou nas construções narrativas do *Última Hora*.

Após o referido editorial escrito por Samuel Wainer, as principais notícias sobre as relações Brasil-Argentina veiculadas nas edições subsequentes amenizavam as polêmicas em torno da reaproximação entre ambas as nações e ofereciam insistentes argumentos em favor do estreitamento dos laços diplomáticos com o país de Perón. O acordo sobre o convênio de trigo entre os dois países foi noticiado no dia 30 de julho de 1951 pelo jornal de forma benevolente

e sem grandes problematizações. Segundo o *UH* tratava-se de “um acordo entre amigos, formulado, contudo, em bases praticas e comerciais, com plena satisfação dos interesses recíprocos” (CABELLO, 30 jul. 1951, p. 02). Nesta mesma edição, em outra coluna assinada por Samuel Wainer, tais benefícios econômicos eram atrelados ao reatamento das relações diplomáticas Brasil-Argentina. No texto, a expectativa era de que, com a nomeação do Embaixador Batista Luzardo para representar o Brasil em Buenos Aires, fosse realizada “a abertura de um novo e fértil capítulo nas relações entre as duas nações, cuja amizade constitui a base da paz e do progresso de toda a América do Sul” (WAINER, 30 jul. 1951, p. 01). Dessa forma, a aliança com o vizinho latino-americano era também apontada como um caminho fecundo – para além do alinhamento com os EUA – rumo ao desenvolvimento brasileiro.

No entanto, a afirmação dessa alternativa ao protagonismo dos Estados Unidos nas relações comerciais brasileiras revela os seus limites por meio de tensões implícitas na construção desse discurso. Em editorial, uma polêmica envolvendo a figura de João Batista Luzardo era sutilmente aventada. Wainer salientava, com ares de justificativa, o “caráter impessoal” e desinteressado da campanha do jornal em prol da nomeação de um representante diplomático brasileiro em Buenos Aires. Para o jornalista:

Não importava mais saber quem seria o embaixador; importava, isto sim, era pôr um paradeiro a uma situação que redundava em prejuízos econômicos e políticos para ambos os lados. Prevaleceu, pois, o bom-senso. Agora é passar a borracha sobre mal-entendidos e ressentimentos e dirigir todos os esforços para recuperar o tempo perdido (WAINER, 30 jul. 1951, p. 01).

Os mal-entendidos aos quais se refere o autor da coluna dizem respeito ao “controvertido caso diplomático” da nomeação de Batista Luzardo ao cargo de embaixador do Brasil na Argentina. Durante a gestão de Dutra, no seu período de atuação à frente da Embaixada brasileira naquele país, Luzardo havia estabelecido forte amizade com o presidente Juan Domingo Perón. Por causa disso, o diplomata tornara-se alvo de duras críticas entre os círculos políticos pró-EUA que alegavam que ele era o representante do peronismo no Brasil. Num contexto em que o próprio “Chanceler João Neves da Fontoura era profundamente adverso a Perón e tratava de conduzir a política do Itamaraty ‘diretamente em harmonia’ com os Estados Unidos, o que inibia o Brasil de aproximar-se da Argentina.”, tanto o seu afastamento do cargo quanto o esfriamento das relações com o país vizinho tornaram-se oportunos (BANDEIRA,

1993, p. 63). Portanto, o retorno de Luzardo para o posto de representante brasileiro em terras argentinas era entendido por esses críticos como um obstáculo às boas relações com os EUA e como uma “perigosa” tentativa de aproximar-se dos países do Cone Sul. Nesse sentido, a figura do diplomata estava atrelada a uma ameaça aos interesses de alinhamento à potência estadunidense e por isso:

Fontoura nunca se conformara com a nomeação de Lusardo, determinada por Vargas, para a Embaixada em Buenos Aires, pois não confiava em que ele defendesse os interesses do Brasil ‘contra o programa peronista’ de converter-se em força continental e, com absorção dos demais países, formar um bloco para enfrentar os Estados Unidos (BANDEIRA, 1993, p. 80).

Desse modo, carregada de significado político, a nomeação de Luzardo representou um ousado passo adiante de Vargas em direção à autonomia brasileira no cenário internacional, ainda que a aproximação com a Argentina tivesse sido, na prática, predominantemente comercial. Portanto, diversas foram as tentativas a nível institucional de afastá-lo da embaixada brasileira. Diante disso, o *Última Hora* partiu em defesa de Luzardo.

A edição veiculada no dia 21 de agosto de 1951 noticiava a derrota no Senado da tentativa de impedir que Luzardo assumisse o cargo. Em entrevista ao jornal, o embaixador gozava de livre espaço para a defesa da legitimidade de sua nomeação. Na matéria, o entrevistado celebrava a sua vitória após o longo e intenso debate que havia agitado a imprensa tanto do Brasil quanto da Argentina e afirmava que sua intimidade com o Chefe de Estado argentino não justificaria o envio de um “inimigo do Presidente Perón para Buenos Aires” em seu lugar (BARBOSA, 21 ago. 1951, p. 02). Enfatizando a importância de zelar pela tradicional amizade entre o Brasil e a Argentina e de estreitar laços diplomáticos e comerciais, Luzardo argumentava que “depois dos Estados Unidos, é a Argentina o maior consumidor desses nossos produtos. Abre-se agora, uma grande perspectiva, para a colocação do nosso carvão de pedra no mercado argentino” (BARBOSA, 21 ago. 1951, p. 02). Quatro dias depois, a capa da edição 65 anunciava a manchete: *Batista Luzardo em Buenos Aires: “A aproximação Argentino-Brasileira é a própria aproximação americana.”. Perón e Evita receberam, pessoalmente, no Aeroparque⁵, o embaixador brasileiro* (BATISTA, 25 ago. 1951, p. 01).

Sem dúvida, a indicação de Batista Luzardo ao posto de embaixador do Brasil na Argentina pode ser entendida, nos termos de Visentini, como um ensaio da multilateralidade

⁵ Aeroporto de Buenos Aires.

brasileira cuja dimensão concreta residia tanto na consolidação efetiva de acordos comerciais, quanto no fato de a nomeação presidencial ter vencido pressões internas da oposição e mobilizado campanhas contra e a favor da sua legitimidade. Isso ao menos até 1953, quando rumores sobre um suposto pacto secreto entre Brasil, Argentina e Chile levaram à exoneração do embaixador. Joguetes políticos à parte, o que nos interessou foi observar como as polêmicas em torno da figura de Luzardo nos permitiram pensar os termos das disputas pela definição do posicionamento brasileiro *vis a vis* as alianças regionais na América do Sul e a bilateralidade assimétrica das relações com os Estados Unidos. Parece-nos significativo pensar, por exemplo, a forma como, apesar de muito se discutir a integração continental americana, a aproximação com os países vizinhos era entendida como postura antagônica à cooperação com os EUA.

Em novembro de 1953, na ocasião de seu regresso ao Brasil, Luzardo declarava em nota sobre as relações Brasil-Argentina, o seguinte: ““Se a Argentina e o Brasil marchassem unidos, tôda [sic] a América Latina marcharia também para o futuro magnífico que lhe designou o destino. Do contrário, não sabemos o que poderá se passar em nosso continente”” (BRASIL, 04 nov. 1953, p. 06). Mais uma vez, e de forma um tanto mais acentuada, a cooperação com parceiros da América do Sul era posta como posicionamento alternativo e não complementar à cooperação com os Estados Unidos. Na visão de Luzardo, à qual o jornal mostrava-se alinhado, a aliança com a Argentina era entendida como único caminho seguro para o desenvolvimento latino-americano. Dessa forma, esse discurso propunha um deslocamento da noção mais ou menos cristalizada de que a modernização e a industrialização brasileiras seriam conquistadas via alinhamento aos Estados Unidos. (TOTA, 2000)

Apesar de esse ser um pensamento difundido entre círculos políticos nacionalistas e no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – considerada espaço legítimo de exercício da autonomia latino-americana frente à potência estadunidense -, “vale sublinhar [...] que a CEPAL representou mais um laboratório de ideias do que um foro de decisão de políticas” (HIRST, 1990, p.23). Portanto, na prática, por mais que houvesse uma preocupação em aproximar-se de Perón, havia certa urgência em preservar a solidez dos laços com os EUA negociando da forma mais conciliatória possível com as pressões internas e externas. Diante disso, no tocante às suas relações com Buenos Aires, “Vargas não punha mais lenha na fogueira, mas tampouco, deixava que ela se apagasse totalmente” (HIRST, 1990, p. 31).

À guisa de conclusão, façamos um último exercício de análise sobre um evento cujo

debate político resgata e sintetiza de forma representativa relatos da dimensão prática da adoção de posturas da diplomacia brasileira diante de Washington. Realizada em março de 1954, a X Conferência Interamericana, também conhecida como Conferência de Caracas, teve cobertura integral e grande destaque nas páginas do *Última Hora*. As reportagens veiculadas pelo periódico expressavam expectativas, motivações, perspectivas de futuro, pleitos e frustrações que são particularmente esclarecedores na nossa investigação dos avanços e recuos diante de um projeto de reorientação da política externa do Brasil do Segundo Governo Vargas.

Entre fins de janeiro e fevereiro de 1954, observamos que uma sequência de reportagens sobre os preparativos do Itamarati para a Conferência criava um clima de grandes expectativas. Notícias discorriam sobre a existência de uma nova consciência de política internacional, sobre o empenho de embaixadores, reformas no Itamarati e sobre uma maior comunicação dessa instância com o público. Os tópicos da agenda brasileira em Caracas eram discutidos pelo *UH* em linguagem acessível e convidativa, de maneira a inspirar o envolvimento da opinião pública e ressaltar a importância do papel do Brasil na Conferência. Em matéria escrita por Daniel Caetano, publicada em 4 de fevereiro, afirmava-se que enquanto a Conferência de Bogotá havia privilegiado majoritariamente assuntos políticos, a de Caracas priorizaria questões econômicas:

É que em Caracas os países da América Latina esperam ver formulada uma política econômica interamericana. Tal política está fazendo muita falta e deve ser o complemento de uma solidariedade total, cujas bases sólidas estão lançadas no Tratado Interamericano de Assistência Mútua. (CAETANO, 4 fev.1954, p. 04).

Conforme sinalizamos anteriormente, Estados Unidos e América Latina tinham diferentes concepções a respeito da cooperação para o desenvolvimento e para a integração continental, de forma que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a assistência econômica vinha sendo um dos principais focos de divergências entre os países latino-americanos e a potência estadunidense (CERVO; BUENO, 2002). Portanto, independente das eventuais afinidades militares e políticas firmadas em acordos preliminares, o sistema interamericano continuava fragilizado por tensões latentes. Diante desse quadro, a Conferência era apresentada pelo *Última Hora* como a oportunidade de levantar-se contra a unilateralidade da política econômica do sistema interamericano e como a ocasião em que se fariam ouvir “as vozes da oratória latina”, pois, uma vez que “a Europa está em condições de tratar de si e de se defender do inimigo comum com a ajuda substancial do Plano Marshall”, era “hora de

olhar para dentro de casa” (CAETANO, 4 fev.1954, p. 04).

Nesses termos, anunciava-se que os países da América Latina se preparavam para abordar em Caracas questões como a inversão de capitais, a escassez de divisas, os problemas no sistema de transporte, a necessidade de auxílio técnico, a corrente produção de matérias-primas a baixos preços e as especulações na bolsa de Nova York, que há pelo menos um ano vinham provocando altas no preço do café, prejudicando a venda do produto aos Estados Unidos. Sobre esse último tópico, uma matéria veiculada na capa publicada em 12 de fevereiro de 1954 afirmava que tanto as especulações quanto o aparente desinteresse do governo estadunidense em contê-las teriam acordado o espírito nacionalista brasileiro em relação ao café. Portanto:

O Brasil que, no passado, se conduziu invariavelmente, de modo a evitar a formação de uma frente anti-Washington, sendo um saudável amortecedor de choques, irá, já agora, comparecer em Caracas com outra disposição. (O GENERAL, 12 fev.1954, p. 01).

Assim, as declarações do jornal apontavam para uma possível abstenção brasileira do seu papel de contrapeso do descontentamento latino-americano, o que denotava uma ameaça para a hegemonia estadunidense e a pretensão de um novo direcionamento da política pan-americana.

Todavia, iniciada a Conferência de Caracas, o tom agressivo do discurso do UH arrefeceu, de forma que a insatisfação relacionada à produção e exportação de café ganhou pouco destaque nas reportagens e relevo ainda menor nas negociações entre os representantes das nações americanas. Apesar de toda a retórica autonomista preliminar à Conferência, observamos a repetição de um padrão nas negociações latino-americanas com os Estados Unidos e no debate político a seu respeito. Mais uma vez, como havia sido em Bogotá, os aspectos econômicos tornaram-se pauta secundária e objeto de dissenso entre os chanceleres americanos reunidos na ocasião. Duas notas assinadas pelo correspondente Daniel Caetano e publicadas na edição de 05 de março de 1954, nos permite evidenciar essas tensões a contento.

Numa delas, Caetano fez uma síntese de um discurso de John Foster Dulles, o então Secretário de Estado dos EUA. Segundo ele, os principais pontos abordados pelo representante de Washington foram o pedido de um acordo entre as nações do continente contra a ação comunista no hemisfério ocidental e a concessão de auxílio econômico à América Latina pelo

capital privado via Eximbank⁶ (CAETANO, 05 mar. 1954, p. 02). Ou seja, independente do descontentamento e dos apelos latino-americanos, a proposta de cooperação continental dos EUA permaneceria inalterada desde o imediato pós-guerra.

De maneira semelhante, a outra nota também expressava uma continuidade em relação às discussões de Bogotá em 1948. Ao tratar do ponto de vista brasileiro sobre o pronunciamento de Dulles, o chanceler Vicente Rao afirmou que diante de tantos avanços da OEA no sentido político e jurídico, era lamentável que “tão pouco, ou quase nada” tivesse sido feito no domínio econômico “em comparação o que se podia e devia fazer”. Tal qual argumentara Neves da Fontoura em 1948 ao representar o Brasil na IX Conferência Interamericana, Rao declarou que a garantia de uma estrutura econômica sólida que permitisse a melhoria de vida das “massas laboriosas” seria um eficiente meio de afastar o perigo da subversão comunista. No que diz respeito à entrada de capital privado estadunidense no país, Rao apresentava reservas e defendia não a busca por lucro imediato, mas sim o investimento de um capital que favorecesse o desenvolvimento econômico sólido. Nessa perspectiva, o chanceler brasileiro alegava querer investimento, e não financiamento (CAETANO, 05 mar.1954, p. 02).

Assim, ainda que o otimismo nacionalista do discurso veiculado pelo *UH* ressaltasse que Washington parecia estar se dando conta da importância da América Latina e que desta vez os pedidos latino-americanos aos Estados Unidos por empréstimo viriam acompanhados de um plano concreto de aproveitamento das economias dos vários países da região, o desenlace dos eventos em Caracas não eram animadores (CAETANO, 06 mar.1954, p. 02). A despeito da relevância que as nações periféricas atribuíam aos assuntos econômicos, os principais pontos da agenda pareciam afastar-se deles. Discutia-se principalmente sobre a expansão comunista na América, a revisão do Pacto de Bogotá, o colonialismo europeu no continente americano e sobre o regime de asilados políticos. E, mesmo nesses assuntos, o consenso era custoso.

Foi então que no dia 6 de março noticiou-se a demissão do secretário geral da Organização dos Estados Americanos, Alberto Lleras Camargo. Conforme o periódico, tal fato “evidenciou pela primeira vez as fraquezas do ‘sistema interamericano’ senão o próprio caráter precário da solidariedade interamericana” (CAETANO, 06 mar.1954, p. 02). Desse modo, esse

⁶ Esta sigla corresponde à instituição financeira chamada Export-Import Bank, que, fundada em 1934, consiste numa agência de créditos oficial do governo dos EUA, cuja função é direcionar financiamentos que possam impulsionar ou auxiliar as exportações estadunidenses.

acontecimento era visto como a frustração da grande oportunidade da América Latina de conquistar a multilateralidade em suas relações com os EUA e de estreitar os laços de cooperação continental de forma a contemplar também as necessidades latino-americanas, tal qual o foi a decepção decorrente da negação da tão esperada recompensa de Washington pelo esforço brasileiro de guerra após o segundo conflito mundial.

As edições subsequentes atestavam a predominância da unilateralidade estadunidense nas negociações em curso à medida que as pautas se restringiam cada vez mais ao combate ao comunismo. No entanto, comprometido com a divulgação dos sucessos do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, o *Última Hora* adequava a sua narrativa aos acontecimentos e optava por abordar a autonomia nacional sob outro enfoque. Enquanto a dita “inadiável” pauta econômica ia sendo ofuscada, o jornal se encarregava de promover o convencimento de que havia uma liderança brasileira nos assuntos políticos em debate. Nas matérias veiculadas, é notável a ênfase à deferência e aos aplausos com que eram recebidas as propostas do Itamarati pelos representantes dos outros países. Seja nos debates sobre o colonialismo na América ou sobre o pacto do anticomunismo proposto por Dulles, o Brasil parecia posicionar-se com “elevação e independência”, destacando-se em relação às demais nações latino-americanas (CAETANO, 11 mar 1954, p. 04). Aliás, as descrições caricaturais dos discursos de diplomatas paraguaios, dominicanos, guatemaltecos, argentinos, entre outros, transmitiam a ideia de que, ao contrário de seus “hermanos” sentimentais, apaixonados e briguentos, a delegação brasileira era ponderada, racional e apaziguadora. Mais distante do calor das emoções dos trópicos e mais próximo da seriedade e altivez das potências mundiais, o Brasil assumia, aos olhos do imaginário político representado pelo *Última Hora*, posição digna de respeito e igualdade em relação aos Estados Unidos.

Porém, o empenho em exaltar, perante a opinião pública, a atuação do Itamarati não foi o suficiente para abafar o fato de que as tão anunciadas “vozes da oratória latina” não vinham sendo ouvidas. Segundo observa Carlos Alzugaray (2000), Eisenhower e Dulles foram a Caracas obstinados a conseguir fazer os países da América Latina reafirmarem o compromisso anti-comunista, o que, mais tarde, serviu de carta branca para o que se sucederia na Guatemala naquele mesmo ano⁷. À vista disso, diante do tom alarmista das discussões em torno da ameaça

⁷ Em 1954 a Guatemala sofreu um golpe de Estado articulado pela CIA, após a interferência dos EUA no país ter sido negada pela OEA, para derrubar o presidente Jacobo Arbenz Guzmán, eleito em 1951. Sob o pretexto de que

comunista à América Latina, o Brasil via reduzida a sua margem de manobra.

Dessa maneira, em 13 de março, com a justificativa de recuperar e consolidar as pautas da agenda econômica que haviam se tornado letra morta, um membro da delegação brasileira propôs adiar as negociações sobre tais assuntos em seis meses (CAETANO, 13 mar.1954, p. 02). O argumento apoiava-se na ideia de que a cooperação econômica continental era tema tão importante, que merecia ser discutido à parte, longe dos desgastes desencadeados por discussões de outra natureza. Apesar de ter despertado grande estardalhaço devido ao senso de urgência e à expectativa geral de que a pauta econômica ganhasse destaque em Caracas, a proposta foi aprovada e ficou decidido que no segundo semestre daquele ano o Conselho Interamericano Econômico e Social se reuniria no Rio de Janeiro para a discussão meticulosa das questões relativas à agenda econômica. Novamente, as esquivas estadunidenses haviam sido eficazes e as demandas latino-americanas no quesito econômico ficaram pendentes e sufocadas pela promessa de um diálogo futuro.

Tendo em vista o embate entre diferentes projetos políticos que evidencia, consideramos a Conferência de Caracas um evento emblemático da dinâmica das relações Brasil-EUA no início da década de 1950. A narrativa construída pelo *Última Hora* nos mostra que não só o anseio pela chamada “solidariedade total” não encontrou condições para concretizar-se, como também que as próprias bases de cooperação interamericana estabelecidas pelo TIAR eram frágeis e insatisfatórias. A tônica autonomista, nacionalista e, em certa medida, revanchista do discurso do jornal revela expectativas e projetos de futuro, dos quais a mágoa em relação à ausência de um Plano Marshall para a América Latina era condição primordial. Num contexto em que a industrialização e a modernização do país eram, para além de demandas domésticas, elementos chave para a conquista de maior poder de decisão e barganha no jogo de forças internacionais, o pleito pelo auxílio econômico dos Estados Unidos tornou-se aspecto fundamental do projeto político varguista. Nessa perspectiva, como nos mostra os trabalhos de Ayerbe (2002), as políticas do Segundo Governo Vargas orientavam-se pelo seguinte dilema:

Como dar continuidade a uma política que preserva a autonomia nacional na definição de objetivos e de tomada de decisões, num contexto de extrema vulnerabilidade econômica no setor externo [a dependência do capital

Arbenz era comunista, os Estados Unidos conseguiram frear a expropriação da empresa estadunidense chamada United Fruit Company, a maior latifundiária da Guatemala. Sobre isto ver: **The American Age: US Foreign Policy at home and abroad, 1750 to the Present**, de Walter LaFeber.

estrangeiro para investimento na infra-estrutura necessária para a industrialização], contrariando os interesses do país que comanda a política internacional e a economia mundial? (AYERBE, 2002, p. 77)

Dessa maneira, é possível percebermos que o projeto de reorientação da política externa brasileira encabeçado por Vargas, apesar de teoricamente bem definido, passou, na prática, por avanços e recuos no que diz respeito a posturas de maior autonomia em relação aos Estados Unidos. Os posicionamentos de tendência nacionalista e estatizante, que entravam em conflito com os interesses da política externa estadunidense para a América Latina naquele momento, apresentaram-se, via de regra, associados a rupturas, em favor de um Brasil modernizado e industrializado. Já que, sob a ótica de Washington, o restante do continente - visto como um verdadeiro “quintal da América” - tinha como principal função servir-lhe de fonte de matérias primas e recursos minerais estratégicos, qualquer postura que propusesse a alteração desse perfil de economia colonial por um mais ligado à valorização do mercado interno e ao crescimento da produção industrial nacional representava um ponto de inflexão na cooperação com a potência estadunidense.

Assim, a busca por maior independência nos moldes brasileiros de inserção internacional, que advogava o projeto político nacional-desenvolvimentista do Governo, expressava uma alternativa a décadas de alinhamento quase incondicional aos Estados Unidos e a uma política econômica essencialmente subserviente aos interesses do capital estrangeiro. Por isso, a materialização do anseio por autonomia, via maior aproximação econômica e estratégica com países do Cone Sul – como vimos expressa nos debates políticos pontuais a respeito dos esforços de aproximação com a Argentina e dos pleitos pela reformulação de uma política econômica interamericana na Conferência de Caracas - significavam rupturas na obediência à hegemonia estadunidense, e, em última instância, nos padrões estruturais de dependência que sustentavam as relações interamericanas.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (org). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALZUGARAY, Carlos. La administración Eisenhower y su política exterior. In: **Cronica de un**

fracaso imperial: La administración Eisenhower y el derrocamiento de la dictadura de Batista. Editoria Ciencias Sociales: La Habana, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina:** a construção da Hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina:** o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993.

BETHELL, Leslie. From the Second World War to the Cold War: 1944-1954. In: LOWENTHAL, Abraham F. **Exporting Democracy:** The United States and Latin America – Themes and Issues. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina:** Velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.pp. 23-144.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GILDERHUS, Mark T. **The second century:** U.S.-Latin American relations since 1889. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2000.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent:** the political economy of the mass media. New York:Pantheon Books, 2002.

HIRST, Monica. **O pragmatismo impossível:** a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1990.

LAFFEBER, Walter. The American Age: US Foreign Policy at Home and Abroad: 1750 to the Present. 2ed. New York; London: W.W. Norton & Company, 1994.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion.** New York: Free Press Paperbacks, 1997.

LIVINGSTONE, Grace. **America's Backyard:** The United States & Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror. New York & London: Zed Books, 2009.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, v.6, p. 41-59, 2002. Disponível em <<https://doaj.org/toc/2177-2940/6> . Acesso em 26/01/2016>.

MUNHOZ, Sidnei J. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil.cIn: MUNHOZ, Sidnei J.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos:** séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2010.

RIBEIRO, José Augusto. A era Vargas 1950-1954: o segundo governo Vargas. Vol 2. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.

TOTA, Antonio Pedro. **Imperialismo Sedutor:** a americanização do Brasil, na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VISENTINI, Paulo G. O Populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do

alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidnei J. ; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.

Fontes

BARBOSA, Francisco de Assis. “Desafio meus acusadores a provarem as insinuações levantadas contra mim”. *Última Hora*, ed. 61. Rio de Janeiro, 21 ago.1951, p. 02.

BATISTA Luzardo em Buenos Aires: “A aproximação Argentino-Brasileira é a propria aproximação americana.”. Perón e Evita receberam, pessoalmente, no Aeroparque, o embaixador brasileiro. *Última Hora*, ed. 65. Rio de Janeiro, 25 ago.1951, p. 01.

BRASIL-Argentina. Dois Mundos. *Última Hora*, ed. 735. Rio de Janeiro, 04 nov.1953, p. 06.

CABELLO trouxe a palavra de Peron: Convenio de amigos em bases praticas. *Última Hora*, ed.42. Rio de Janeiro, 30 jul.1951, p. 02.

CAETANO, Daniel. Com a delegação do Brasil na X Conferência Interamericana. Maciel Filho convencido: “É melhor adiar a agenda econômica por seis meses”. *Última Hora*, ed. 841, Rio de Janeiro, 13 mar.1954, p. 02.

CAETANO, Daniel. Com a delegação do Brasil na X Conferência Interamericana. Rao dá bom apoio a Dulles: Tôda a agenda se reduz ao caso da Guatemala. *Última Hora*, ed. 839, Rio de Janeiro 11 mar.1954, p. 04.

CAETANO, Daniel. Crise em Caracas com a renúncia do secretário geral da O.E.A. *Última Hora*, ed. 835, Rio de Janeiro, 06 mar.1954, p. 02.

CAETANO, Daniel. Pontos principais da agenda: Fôrça do Itamarati em Caracas. *Última Hora*, ed. 811, Rio de Janeiro, 04 fev.1954, p. 04.

CAETANO, Daniel. Vicente Ráo adianta o ponto de vista do Brasil: elevar o nível de vida dos povos para evitar a influencia comunista. *Última Hora*, ed. 834, Rio de Janeiro, 05.mar.1954, p. 02.

O BRASIL sustenta a CEPAL. *Última Hora*, ed 11, Rio de Janeiro, 23 jun.1951, p. 02.

O GENERAL Café Comandarâ em Caracas. *Última Hora*, ed. 818, Rio de Janeiro, 12 fev.1954, p. 01.

WAINER, Samuel. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 42. Rio de Janeiro, 30 jul.1951, p. 01.

WAINER, Samuel. Estranha e inexplicavel a ‘Guerra Fria’ Diplomatica entre o Brasil e a Argentina. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 34. Rio de Janeiro, 20 jul.1951, p. 01.